



**CONTROLE PROCESSUAL**

**DOCUMENTO SIAM Nº  
1994339/2013**

Indexado ao Processo n.º 05788/2008/006/2012	
Auto de infração n.º 47.148	Data: 25/01/2012 às 14hs30min.
Auto de fiscalização n.º S 066/2010	Data: 22/12/2010 às 14hs
Infração: Art. 83, do Dec. 44.844/08 – Código 114 - <i>"Descumprir condicionantes aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental"</i> .	
Pena aplicada: multa simples	

Empreendedor: Talento Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	
Empreendimento: Talento Indústria e Comércio de Confecções Ltda.	
CNPJ: 20.174.116/0001-54	Município: Passos/MG

**1-ADMISSIBILIDADE:**

Conforme dispõe o art. 33 do Decreto nº 44.844 de 25 de Junho de 2008, o prazo recursal é de 20 dias, contados da notificação do auto de infração. O empreendedor foi notificado em 06/02/2012 e apresentou defesa em 14/02/2012, sob o protocolo nº 203936/2012, o que demonstra a tempestividade do recurso. A defesa foi apresentada por procurador legalmente constituído. Assim, merece ser conhecida a defesa.

Foi feito o controle de legalidade ao auto de infração. Processo apto à decisão, não sendo necessária a análise pela equipe de apoio técnico, conforme possibilita o art. 38 do Decreto nº 44.844/08.

**2- DA COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO:**

Por oportuno, nos termos da Lei Delegada n.º 180, de 20 de Janeiro de 2011, à SEMAD ficou estabelecida a função concentrada das penas ambientais de competência das três agendas, quais sejam o IGAM, a FEAM e o IEF (art. 201, §§ 1º e 2º).

A questão foi devidamente regulamentada pelo Decreto n.º 45.536, de 27 de janeiro de 2011, quando deu concretude à citada norma.

O presente julgamento, por sua vez, deve obediência à delegação de competência estabelecida pela Resolução conjunta SEMAD/IGAM/FEAM/IEF n.º 1.203, de 03/09/2010, ao





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Sul de Minas**

atribuir poder decisório também concentrado aos Superintendentes Regionais de Regularização Ambiental acerca das infrações lavradas por seus servidores lotados nestes órgãos.

Todavia, de acordo com o art. 61 da Lei 14.184/02, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, é impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.

Como o Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Sul Minas (autoridade competente para decidir sobre a aplicação da penalidade) atuou como servidor na fiscalização do empreendimento, lavrando o auto de fiscalização e o auto de infração (que iniciou o presente processo administrativo), o mesmo está impedido de atuar agora, na decisão da defesa.

Portanto, o Superintendente deve comunicar o fato a autoridade competente, abstenendo-se de atuar, pois, se atuar, o defeito provocado pelo impedimento sobrevive após decisão final, podendo ser alegado após a decisão ter sido ultimada.

Sendo assim, para evitar ofensa ao princípio do devido processo legal e da imparcialidade do julgador, previstos na Constituição Federal, sugerimos que o fato seja comunicado a autoridade competente e a defesa seja encaminhada para julgamento junto a URC COPAM Sul de Minas.

### **3- RELATÓRIO:**

Nos termos do Decreto nº 44.844 de 25 de Junho de 2008, e em face da defesa tempestiva, é o presente para subsidiar a decisão administrativa acerca da aplicação da sanção de multa simples, no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), referente ao auto de infração supra.

O empreendedor foi multado por continuar descumprindo as condicionantes: 01, 02 e 05 estabelecidas e aprovadas pela URC COPAM Sul de Minas na 63ª Reunião Ordinária realizada em 01/12/2009, e, através da defesa apresentada pretende afastar a ocorrência da infração administrativa ambiental sob as seguintes alegações: "a empresa já está operando sua ETE com as devidas adequações e o histórico de análises enviadas mostra um consistente atendimento aos padrões; que vem sistematicamente apresentando as análises físico-químicas de sua ETE e considera cumprida a condicionante nº 5".

Por fim, nada requereu, apenas se colocou a disposição para prestar informações complementares.

#### **3.1 – Análise da Defesa:**

O legislador constituinte no art. 225 da Constituição erigiu o meio ambiente à categoria de bem de uso comum do povo, asseverando assim, ser direito de todos tê-lo de maneira





ecologicamente equilibrada, e em contrapartida determinou que sua defesa e preservação para as presentes e futuras gerações é dever do Poder Público e de toda a coletividade.

Ainda no artigo 225, da CF, precisamente no §3º, sujeita os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, responderem por suas condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, no plano penal e administrativo, independente da obrigação de reparar os danos causados.

Assim, elevou o meio ambiente a direito subjetivo individual e de titularidade coletiva, portanto, a proteção ao meio ambiente deve sobrepor-se aos interesses econômicos meramente particulares.

Dessa forma, o não cumprimento de condicionantes estabelecidas na licença ambiental, com a constatação de poluição e degradação ambiental configura infração administrativa passível de autuação e, por esse motivo, o empreendedor foi autuado. Conforme consta no Parecer Único nº 0107427/2012, do processo de licença ambiental, P/A nº 05788/2008/001/2008, o empreendedor mesmo após ser autuado (AI nº 20/2010) continuou descumprimento as condicionantes, o que gerou nova autuação (AI nº 47.158 de 25/01/2012, amparado pelo Auto de Fiscalização nº 66/2010).

Então, por continuar descumprido as condicionantes estabelecidas quando da concessão da Licença de Operação (em 01/12/2009), o empreendedor foi autuado novamente por descumprir condicionantes, sendo constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.

Em sua defesa, o empreendedor alegou em relação a condicionante nº 01 que a empresa já está operando sua ETE com as devidas adequações previstas no Plano de Ação enviado a SUPRAM em 12/11/2010 e que o histórico de análises enviadas mostra um consistente atendimento ao padrões de lançamento estabelecidos na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 01/2008, e, por esse motivo, entende que cumpriu a condicionante.

Ocorre que, a condicionante nº 01 estabelecia: "realizar tratamento adequado do efluente industrial, para atender os padrões estabelecidos – prazo 60 dias", o que não foi atendido dentro do prazo estabelecido conforme demonstram os documentos anexados a defesa e, também, os documentos que fazem parte do processo de licença de operação do empreendimento, sendo assim, a autuação deve permanecer.

Quanto a condicionante nº 02, informou que vem sistematicamente apresentando as análises físico-químicas de sua ETE, citando e anexando todos os protocolos; inclusive, aduziu que os padrões estão sendo cumpridos e, por esse motivo, solicitou alteração na periodicidade do auto-monitoramento. Justificou, também, que nos meses de janeiro/2011 e janeiro/2012 não realizou o monitoramento devido às férias coletivas e que informou tal fato a SUPRAM SM.

No entanto, o próprio empreendedor afirma que *"apesar dos progressos alcançados os resultados das análises dos efluentes tratados na ETE ainda apresentam valores que NÃO*





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Sul de Minas**

*atendem aos padrões de lançamento*" (ofício de 12/11/2010 – R126457/2010). O que confirma o não atendimento da condicionante nº 02 e justifica a autuação.

Em relação à condicionante nº 05, disse que considera cumprida de acordo com a carta enviada a SUPRAM SM em 14/06/2010, e, finalmente, mencionou que os programas e projetos voltados a melhoria da qualidade ambiental foram enviados a SUPRAM SM, sendo que citou e anexou os protocolos.

Porém, o empreendedor protocolou um ofício, fora do prazo, apenas citando quais as medidas seriam tomadas para melhoria da qualidade ambiental, sem, no entanto, apresentar os projetos ou mesmo documentos que comprovassem a implantação de tais medidas, assim, alegou sem nada provar. Dessa forma, confirmado o não atendimento da condicionante nº 05.

Cumprе ressaltar que todos os documentos apresentados e juntados pelo empreendedor foram examinados pela equipe técnica da SUPRAM SM nas respectivas datas, onde foi apurado que em 22/12/2010 as condicionantes nº 01, 02 e 05 continuavam sendo descumpridas. Somente, em 15/02/2012 verificou-se a melhora do desempenho ambiental do empreendimento, motivo pelo qual foi atendido o requerimento de alteração das condicionantes.

Ou seja, quando da autuação o empreendedor continuava descumprindo as condicionantes e causando poluição ou degradação ambiental. E mais, conforme pode ser verificado através dos números dos protocolos nos documentos anexados na defesa, todos foram apresentados em data posterior aos prazos estabelecidos, bem como, posterior a fiscalização/autuação. Isso mostra que o empreendedor não vinha apresentando as análises conforme ficou estabelecido.

Tudo isso comprova a irregularidade que gerou o auto de infração. E embora o empreendedor esteja tomando providências para cumprir as condicionantes, isso não o exime da responsabilidade imposta no referido auto de infração, pois, tão somente, está cumprindo com sua obrigação, uma vez que não pode operar uma atividade irregular.

Não obstante, observa-se que as alegações contidas na defesa são vazias e encontram-se desacompanhadas de provas capazes de desconstituir as conclusões do Auto de Infração. Ao contrário, em sua peça de defesa, o empreendedor limitou-se a descrever as ações que foram tomadas e, no final da defesa, sequer apresentou algum requerimento no sentido de desconstituir a infração.

Assim, sendo, entende-se devidamente comprovado o descumprimento das condicionantes e a poluição ou degradação ambiental devido ao lançamento de efluentes fora dos padrões estabelecidos na legislação ambiental, e, por tratar-se de infração administrativa passível de autuação, basta à violação ao ordenamento tutelar do meio ambiente para configurar a irregularidade.

Desse modo, entendemos que deve ser mantida a caracterização da infração, não sendo possível o acolhimento das razões de mérito expostas na defesa apresentada porquanto





não apresentam fatos novos ou circunstâncias relevantes que permitam a desconstituição da sanção de multa aplicada. Portanto, temos por incabíveis as referidas teses defensivas.

### 3.2- Regularidade Formal do Auto de Infração n.º 47.148:

O Auto de Infração foi lavrado com todos os elementos essenciais, em estrita observância ao que determina os artigos 31 e 32 do Decreto Estadual n.º 44.844/2008. Igualmente, verifica-se a sua adequação aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e demais critérios estabelecidos no Decreto.

Verificou-se, inclusive, que o valor da multa está adequado ao porte do empreendimento (médio) de acordo com o que determina a Deliberação Normativa nº 74/2004, bem como, com a classificação da multa (gravíssima), conforme código 114 do Anexo I, do Decreto nº 44.844/08.

### 4- CONCLUSÃO:

Ante o exposto, verifica-se que a materialidade do ato resta devidamente comprovada. E, como não se aplicam ao caso nenhuma das circunstâncias atenuantes ou agravantes, com base nos fundamentos do presente parecer, opinamos pela improcedência total das teses sustentadas pela defesa e manutenção da multa aplicada no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Varginha, 29 de Outubro de 2013.

Analista Ambiental de Formação Jurídica	MASP	Assinatura
Christiane Maria Freire Lemos	1.332.570-9	

*De parecer*  
  
SUPRAM - SUL DE MINAS  
Anderson Râmilo de Siqueira  
Diretor Regional de Controle Processual  
MASP: 1051539-3

